

as premissas das adolescências. Chegando a Teresina, foi solicitado bastante para exercer cargos de direção nos campos educacionais e sacerdotal. Exerce várias funções, como as de Reitor do Liceu Piauiense, vigário geral de Teresina por 15 anos, membro da Academia Piauiense de Letras, cadeira n.º 23, desde 1952.

Sentem todos os presentes a larga atividade no campo educacional, sacerdotal e administrativo exercida pelo meu apresentado. E não ficou só na atuação de educador, de sacerdote; houve um alargamento do professor no historiador que se iniciava.

Corria as bibliotecas à procura de jornais, jornais que se relacionavam com a época do trabalho que estava inclinado a fazer. Porque sentimos a influência intensa exercida pelos jornais, com a constante preocupação em fazer a triagem, em escolher o material para sua obra histórica. Frequentou arquivos. Sentimos a preocupação constante pela descoberta da verdade sem ufanismos pretensiosos que desvirtuam a obra histórica.

Minhas senhoras, meus senhores: a síntese é, sem dúvida, uma das características dos trabalhos de História do ilustre mestre meu apresentado. Mas a síntese não é tão fácil. Já afirmaram que uma hora de síntese equivale a anos de análises. Para fazer síntese é preciso cuidado para que o trabalho não se perca na obscuridade, um dos perigos constantes para quem escreve História. Mas nos trabalhos do ilustre mestre sentimos que um dia de síntese equivale a anos de pesquisa. Dos jornais, dos documentos, das fontes bibliográficas, dos fatos que interessam, extrai sempre o essencial deixando o supérfluo, o desnecessário, como se vê de maneira clara e indiscutível nas suas obras. Obras como "Teresina — subsídios para a História do Piauí", "O Índio no Solo Piauiense", "Campo-Maior luta pela Independência: Batalha de Jenipapo", "Como nasceu Teresina", "A Escravidão no Piauí", "O Piauí na Guerra do Paraguai".

Em todas essas notamos claramente como se firma o processo do nosso historiador em buscar a verdade histórica, em fazer a triagem para que não sejam transmitidas imagens falsas de épocas e acontecimentos. O professor alongado em historiador tem dominado a vida do meu apresentado. Sua obra é cheia de riqueza de sugestões. Tenho a certeza de que aproveitará essas sugestões para alargá-las em outras obras ainda mais definitivas.

Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves: constitui honra para todos nós pernambucanos ou brasileiros presentes — uma vez que se misturam pessoas de outros Estados conosco — vossa presença nesta Casa, presença que trouxe até aqui membros do ministério público, membros do Instituto Histórico e outros intelectuais para conhecerem vosso trabalho. Estou sensibilizado pela oportunidade que me deram ilustres historiadores, como Nilo Pereira. Todos os presentes sentem-se profundamente honrados em ouvir vossa palavra sobre a participação do Piauí nas guerras da Independência. — PAULO MIRANDA

O Piauí e a Independência

PE. JOAQUIM CHAVES

Economicamente falando, a situação do Piauí não era má em 1821.

Nossa população concentrava-se no norte e se espalhava, também, pelos vales do Longá, do Poti e do Canindé.

A Vila da Parnaíba, porta aberta para o oceano, florescia com as exportações que por ela se faziam dos produtos da terra. Para o comércio de exportação uma Sumaca de 130 toneladas, uma Escuna de 80 e muitos barcos de 1.100 e 1.200 arrobas; botes escoavam produtos pelo rio e ainda se empregavam em carga e descarga das embarcações de rotas marítimas; cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na Vila e seu termo a lavradores, negociantes e pescadores (1).

Oeiras e Campo Maior também possuíam suas embarcações que conduziam algodão, couro e sola para Parnaíba e de lá traziam mercadorias importadas.

Ao longo do rio, nos lugares em que se cruzavam os caminhos do Piauí com os do Maranhão, surgiam pequenos agrupamentos humanos possuindo todos eles suas canoas que lhes facilitavam a comunicação entre as duas Províncias. Nessas passagens, já se fazia um comércio bem razoável.

As finanças do Piauí repousavam nas rendas provenientes da pecuária. O boi é que era a nossa riqueza. Nossa rica mercadoria eram os rebanhos. Nossos mercados o Ceará, a Bahia, Pernambuco e Maranhão.

O gado era mercadoria de condições excepcionais. Ela mesma era o valor, ela mesma se transportava por si, ela mesma era o frete, para transformar-se em artigos de uso doméstico.

co, instrumentos de trabalho, panos e escravos trazidos daquelas praças consumidoras.

Sucessivas e abundantes remessas de gado faziam-se, anualmente, às vezes crivadas de percalços, trabalhosas e demoradas, em viagens de não mais de 4 ou 5 léguas por dia, conforme a comodidade dos pastos onde tivessem que parar. Quando não acontecia o "estouro" louco dos bois espantados, o gado escorria mansamente pelas estradas, sua rota segura e limpa.

Os impostos naquela época rendiam pouco e também não eram cobrados rigorosamente. O saldo líquido nas finanças da Província em 1821, foi 101:685\$540 (2).

As despesas públicas eram pequenas. Com os funcionários gastava-se pouco mais de 13 contos de réis por ano. A despesa maior era com a tropa de 1.^a linha. Quase não havia obras nem próprios públicos. As repartições públicas, na sua grande maioria, estavam instaladas em salas de residências particulares, quase sempre cedidas gratuitamente. Não havia despesa com instrução pública, pois a escola de Oeiras, a de Parnaíba e a de Campo Maior, fundadas pouco antes de 1822, já não funcionavam naquele ano.

Quando era Governador do Piauí Carlos César Burlamaqui, recebera ele a incumbência de organizar um plano para fazer de Oeiras o ponto central das comunicações comerciais entre as colônias mais portuguesas, isto é, entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. O altiplano piauiense teria assim a função de estabelecer a unidade da nação. E o Piauí, às vésperas da Independência, antes da navegação a vapor, desempenhava realmente este papel. Distribua suas boiadas de norte a sul das colônias portuguesas, constituindo o mais poderoso vínculo que prendia o Maranhão ao Brasil.

Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado a atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. Prevendo que independência do Brasil seria apenas uma questão de tempo, é opinião de alguns historiadores que o Governo português planejava ficar com uma parte dele para

si, isto é, o norte, recriando o Estado do Maranhão que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí.

Estrategicamente falando, o Piauí teria muita importância neste plano, pois que se comunicava, por terra, com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Firmar-se militarmente nele, seria cortar o abastecimento de carne para aqueles separatistas e ficar em posição de poder atacá-los por terra.

Talvez se deva a este plano a vinda, às pressas, de Lisboa para o Piauí, como Governador das Armas, de um cabo de guerra experimentado e ferozmente fiel aos interesses de Portugal, o Major João José da Cunha Fidié, veterano das guerras peninsulares contra as tropas de Napoleão Bonaparte. Chegou a Oeiras a 8 de agosto de 1821 e, tomando posse no dia seguinte, tratou logo de criar novos Corpos de Milícias, além dos já existentes. Essa intempestiva mobilização de tropas em Província central, sem qualquer ameaça de luta externa, revelou de certa forma sua missão entre nós, isto é, conservar o Maranhão e sua zona de influência fiéis a Lisboa.

Nossa situação política, como a de todo o Brasil, era confusa. Em obediência ao decreto das Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1820, governava o Piauí uma Junta eleita a 7 de abril de 1821, inteiramente favorável a Portugal.

A Província não estava tranquila. O eco do que acontecia fora chegava também até nós. Pelo menos em Parnaíba, em Campo Maior e em Oeiras, já se sabia do que se passava na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Sul.

Pasquins sediciosos apareciam nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior concitando o povo a rebelar-se contra os portugueses. Espelhavam tendências ideológicas diversas. Um deles foi atribuído a um rábula que morava em Campo Maior, Lourenço de Araújo Barbosa. Este homem, misto de republicano e anarquista, pregava abertamente a separação do Brasil de Portugal (3).

Em Parnaíba o ambiente também era de tensão, com os portugueses amedrontados pela propaganda aberta que ali se fazia em favor da independência (4).

Muito atento ao que se passava nesses focos de inquietação, o Governador das Armas, Major Fidié, pressionou a Junta para que tomasse imediatas e rigorosas providências. Não havia mais tempo para protelações.

Lourenço de Araújo Barbosa foi chamado a Oeiras para se defender das acusações que pesavam sobre ele. Ali foi preso, a 2 de janeiro de 1823, juntamente com um grupo de outros suspeitos.

Em Parnaíba, a 19 de outubro de 1822, após cuidadosa preparação popular em favor da independência, perante o Senado da Câmara, os eleitores da Paróquia aclamaram as futuras Cortes Constituintes do Brasil. A 24 fizeram a eleição dos representantes, conforme determinação do Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. O movimento foi dirigido pelo Cel. Simplício Dias da Silva, o Juiz de Fora dr. João Cândido de Deus e Silva, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, o Tenente Joaquim Timóteo de Brito e outros (5).

No dia 6 de novembro a notícia do que acontecera em Parnaíba estourou em Oeiras como uma bomba.

Reuniram-se apressadamente os membros da Junta de Governo e o Major Fidié. Depois de examinarem cuidadosamente a notícia concluíram que se tratava de um movimento separatista, que era preciso esmagar logo, a qualquer preço. Ficou determinado que o Major deveria marchar imediatamente com o Batalhão de Linha e toda a tropa de Milícias que pudesse reunir para abafar a rebelião na Vila da Parnaíba, antes que o resto da Província viesse a sofrer a sua influência.

Enquanto se preparava a expedição, a Junta do Governo de Piauí oficiou ao Governo do Maranhão pedindo-lhe que prestasse a Fidié todo o apoio militar que fosse possível em reforços e munições.

Atendendo a este pedido, o Maranhão enviou logo para *Carnaubeira*, nas proximidades de Parnaíba, uma tropa de linha e deslocou para o porto de *Feitoria* o *Brigue Infante Dom Miguel*.

A aproximação destas forças amedrontou os chefes do movimento em Parnaíba. Havia feito tudo no peito e na raça, mas não tinham armas, nem munição, nem soldados, nem fortificações. Agora, de cabeça fria, avaliavam a extensão do passo que haviam dado. Nenhuma outra Vila do Piauí aderira ao movimento. Notícias de concentração de forças militares em Oeiras e Campo Maior inquietavam aqueles pobres homens desarmados. Apelaram, então, para o Ceará.

Fidié partiu de Oeiras no dia 13 de novembro e chegou a Campo Maior no dia 24. Aí se demorou 13 dias. A 7 de dezembro reiniciou sua marcha.

Quando se soube, em Parnaíba, que o chefe português se aproximava de Piracuruca, deu-se a debandada dos cabecilhas do movimento. Fugiram para os sertões de além Ibiapaba deixando na Vila famílias e bens ao desamparo.

Fidié entrou na Vila rebelada no dia 18 de dezembro, sem dar um tiro, depois de uma caminhada de cerca de 660 quilômetros. Exigiu que se fizesse naquele mesmo dia, na Câmara, a renovação do juramento de fidelidade a Dom João VI. [Como não confiasse no Regimento de Cavalaria ali sediado, deslocou-o para Oeiras. Pediu mais armas e mais munição ao Governo do Maranhão. Daí por diante passou a se dedicar inteiramente ao preparo técnico de suas tropas].

Enquanto isso se passava no norte, em Oeiras a inércia da Junta de Governo estava sendo desafiada por acontecimentos que deviam pelo menos despertar suspeitas nas autoridades mais responsáveis. Havia uma conspiração em marcha.

Quando menos se esperava o movimento eclodiu, ali, na madrugada do dia 24 de janeiro de 1823, com as guarnições militares rebelando-se sob o comando do Brigadeiro Manoel de

Sousa Martins. Na manhã daquele dia o Senado da Câmara foi convocado para uma sessão extraordinária. Presentes representantes de todas as classes sociais, vereadores, Juiz de fora e chefes militares, abriu a sessão o Brigadeiro que apresentou a todos o ofício e a proclamação do General Labatut ordenando a aclamação da Independência e de Dom Pedro. Não houve opositores. Todos, com vivo entusiasmo, fizeram a aclamação. O Presidente mandou que se lavrasse uma ata de vereação para perpétua memória. Em seguida procedeu-se à eleição da nova Junta Provisória de Governo. Foram eleitos: Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, presidente; Manoel Pinheiro de Miranda Osório, Secretário; Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego. Os eleitos fizeram logo o juramento de praxe e foram empossados. (6)

Com a notícia da concentração de tropas maranhenses nas passagens do rio Parnaíba ou em suas adjacências, a Junta proibiu a exportação de gado para o Maranhão.

Entre os piauienses que de Parnaíba haviam fugido para o Ceará à aproximação de Fidié estava Leonardo de Carvalho Castelo Branco. O patriota piauiense, de 33 anos de idade, quando da eclosão do movimento em Parnaíba aderira a Simpício Dias da Silva e ao dr. João Cândido. Dedicou-se de corpo e alma à causa da Independência. Sobrevindo o fracasso, retirou-se para o Ceará. Mas não se entregou ao desânimo e à ociosidade no exílio. Pelo contrário. Agiu de todas as formas, em Sobral, junto aos cearenses, e acabou por conseguir levantar um Corpo Expedicionário de cerca de 600 homens. Não perdeu mais tempo. Subiu a Serra e desceu como um raio sobre Piracuruca e Campo Maior.

A 22 de Janeiro (1823) entrou em Piracuruca surpreendendo o destacamento local, que aprisionou. Deixando, ali, uma pequena guarnição rumou célere sobre Campo Maior.

À notícia da tomada de Piracuruca, as tropas estacionadas em Campo Maior se rebelaram obrigando os comandantes a evacuarem a Vila.

Leonardo de Carvalho Castelo Branco entrou em Campo Maior, sem luta, e, no dia 5 de fevereiro, aclamou-se, ali, a adesão da Vila ao movimento da Independência.

Mas, incompreensivelmente, poucos dias depois, Leonardo abandona Campo Maior e se retira, com poucos soldados, para a Fazenda *Melancias*, estabelecendo, ali, o seu quartel. Seu objetivo imediato, agora, era aclamar a independência na Vila de São Bernardo, do outro lado do rio, no Maranhão. Acabou caindo ingenuamente numa cilada e aprisionado no porto de Repartição, quando ali se encontrava, confiante, distribuindo uma proclamação.

Estava Campo Maior sem comando quando, a 12 de fevereiro, entrou ali o Capitão Luis Rodrigues Chaves, à frente de 180 cearenses. Assumiu a chefia militar da Vila; deu um balanço nas forças e viu que estava praticamente indefeso no caso de ter que enfrentar Fidié que mais dias menos dias desceria de Parnaíba para atacar a Capital. Apelou para Oeiras expondo a situação e pedindo homens, armas, munição e dinheiro para pagamento de soldo. Não foi atendido. Oeiras conseguira mobilizar, depois de 24 de janeiro, cerca de 1.200 homens. Mas, de posse dessa força, voltou-se totalmente para a defesa das passagens do Parnaíba, esquecendo-se de que o inimigo era Fidié, que estava no norte, com 1.600 homens armados, adestrados e municiados e que poderia atacar a qualquer momento.

O Capitão Luis Rodrigues Chaves, porém, mesmo abandonado pelo Governo do Piauí, não era homem para esmorecer. Havia apelado para o povo de Campo Maior e contou com ele na hora decisiva. Em poucos dias a mobilização pôde levantar mais de mil homens de todas as classes sociais, prontos para o que desse e viesse. Foram aqueles civis armados de facões, de machados, de ferrões que, com os 500 soldados do Ceará, desviaram o curso da história do Piauí.

[Fidié poderia ter sido cercado em Parnaíba, atacado e vencido pelos independentes, se o Governo de Oeiras, abandonando sua obsessão defensiva nas passagens do Parnaíba, tives-

se dirigido para ali todas as tropas e recursos bélicos de que dispunha. Não o fez, porém].

A 28 de fevereiro Fidié passou em revista suas tropas em Parnaíba e lhes comunicou que, no dia seguinte, 1.º de março, marchariam sobre Oeiras.

Na Vila dos carnaubais o Capitão Rodrigues Chaves conseguiu, como já disse, mobilizar mais de mil homens de todas as camadas sociais. [Devia possuir um tremendo poder de alicenciamento aquele Capitão cearense].

Reunidos todos os cearenses e os mil e tantos piauienses desarmados de Campo Maior e seu termo, a força dos independentes, ali, não chegava a 2.000 homens.

[Não há na história da independência, no Nordeste, uma página mais épica, mais emocionante do que a que escreveram com sangue e bravura aqueles homens, no dia 13 de março de 1823, nas margens do rio Jenipapo, nas proximidades de Campo Maior].

O Capitão Rodrigues Chaves “chamara os homens válidos da Vila e termo, arregimentara-os e patenteara-lhes o perigo próximo.

“Não foi em vão. O povo estava acima de qualquer expectativa. Cada um, o *vaqueiro* e o *roceiro*, foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apelo e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e uma numerosa multidão ficou à espera dos portugueses para o combate.

“É assim que perto de dois mil homens vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente a Igreja de Santo Antônio. Os soldados do Capitão Luis Rodrigues Chaves com os que haviam abandonado o Ten. Cel. João Antônio da Cunha Rebelo, com os de Alecrim e do Capitão Nereu, elevando-se a pouco mais de quinhentos, não podiam dar consistência precisa à totalidade do Corpo. Fossem mais numerosos, mais discipli-

nados e aproximariam talvez essas duas mil unidades de combate.

“Assim não. E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

“As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia contudo, para eles, a falta de armas, tão suggestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à Vila, conduzindo algemado o chefe do exército, à frente da turba multa sem fim dos prisioneiros.

“E nesse entusiasmo surgira o dia do encontro. Era a 13 de março” (7).

Cedo ainda, na manhã daquele dia, toda a tropa formou no Largo de Santo Antônio. Rodrigues Chaves tivera notícia de que o chefe português chegara, já alta noite, a uma fazenda próxima da Vila e parara para um pequeno descanso. Dada a ordem, todos caminharam apressados pra o rio Jenipapo, onde pretendiam barrar a marcha aos partidários de Lisboa.

O terreno ali é plano; uma várzea imensa, aberta, sem amparo. Aquele era um ano de seca. O rio quase não tinha água. O grosso da tropa ocultou-se no leito do rio, enquanto que alguns outros contingentes se abrigavam nos mofumbais das ribanceiras.

Para além do rio a estrada se bifurcava em duas. Por qual delas viria o inimigo? O Capitão Rodrigues Chaves enviou uma patrulha para explorar a estrada da direita. Fidié descia com o grosso de sua força pela estrada da esquerda e explorava a da direita com um pelotão de sua cavalaria. Esta se havia distanciado da tropa e foi ela que se chocou com os cearenses da patrulha inopinadamente. O reencontro foi brusco e violento. A patrulha abriu fogo sobre os cavaleiros inimigos. Estes resistiram um pouco e depois voltaram as costas, à brida solta, per-

seguidos pelos soldados da patrulha, embriagados com a facilidade da vitória ali.

Foi aí que começou o desastre. Ouvindo o tiroteio, as tropas que guarneciam a margem do rio não atenderam mais ao comando. Abandonaram precipitadamente sua posição defensiva e enveredaram pela estrada da direita em busca do combate que, supunham, ali já começara.

Fidié não perdeu tempo. Passou rapidamente o grosso de sua força para o outro lado do rio, improvisou um campo fortificado, dispôs as 11 bocas de fogo que trazia, distribuiu linhas de atiradores e esperou os independentes. Quando estes voltaram, o inimigo já estavam em posição de combate.

O Capitão Rodrigues Chaves percebeu logo que a batalha estaria perdida se ele não conseguisse, num golpe de sorte, atacando de todos os lados, fraccionar a tropa de Fidié num corpo a corpo violento e rápido. Contando com o entusiasmo de seus comandados, dispôs as forças e ordenou o avanço sobre o campo dos adversários. A primeira leva foi repelida com graves perdas. A fusilaria e as peças de Fidié varriam os campos em todas as direções. As cargas se sucediam heróicas mas inúteis. Muitos patriotas iam morrer à boca dos canhões com um desamor pela vida que pasmava os soldados pouco afeitos a semelhantes atos de bravura.

Quando passava do meio dia, não a consciência da derrota mas o cansaço puro e simples começou a dominá-los. As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas bambeavam. Os peitos, como que oprimidos pela exaustão, ofegavam descompassados. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte.

Depois de 5 horas de combate, às 14 horas, começou a retirada.

Também os partidários de Fidié caíam de cansaço. Cinco horas de luta ininterrupta e um sol abrasador tiraram-lhes totalmente o ânimo. Não perseguiram os independentes em retirada. Não podiam fazê-lo, aliás. A vitória, muito amarga, não

conseguira alegrar o coração do comandante português. Ele estava assombrado com o arrojo, a valentia e o desamor pela vida demonstrados pelos seus adversários. [Se ali, quase na metade do caminho entre Parnaíba e Oeiras, lhe haviam oferecido um combate tão difícil, o que não iria ele encontrar mais na frente?]

Quando Fidié ainda estava dando um balanço nas perdas que sofrera, vieram avisar-lhe que os patriotas, na retirada, haviam atacado sua retaguarda e tomado a maior parte de sua bagagem. [Isto queria dizer que ele estava praticamente sem munição e sem dinheiro].

A terrível notícia deixou-o atordoado. Urgia ocupar, logo, Campo Maior, antes que os patriotas, mesmo derrotados, tentassem fazê-lo oferecendo-lhe novo combate.

Nunca se pôde saber quantas foram as baixas de Fidié no Jenipapo. Ele não as enumerou na sua parte. Pereira da Costa diz que da tropa portuguesa pereceram 16 soldados, 1 Sargento, 1 Alferes e 1 Capitão e saíram feridos 60 homens (8). O Capitão Luiz Rodrigues Chaves, na parte oficial que enviou ao Governo do Ceará, diz que morreram na ação mais de 400 pessoas, sendo a maior parte do inimigo (9).

Quanto às perdas dos patriotas, Fidié fala em 542 prisioneiros, mais de 200 homens entre mortos e feridos, 1 peça de artilharia, 1 bandeira e 3 caixas de guerra (10).

Sabe-se que Fidié incorporou às suas tropas todos os prisioneiros válidos.

Antes de cair a noite, no dia 13, o chefe português aproximou-se de Campo Maior e ocupou a Fazenda Tombador, a 1 quilômetro da Vila, onde estabeleceu o seu quartel general. Ali permaneceu dois dias enterrando seus mortos, curando os feridos e reorganizando as fileiras. Às 11 horas do dia 15 levantou acampamento. Não marchou mais sobre a Capital. Levou suas tropas para o Estanhado, margem direita do rio Parnaíba. Do outro lado do rio estava o Maranhão, sua última esperança e também seu último refúgio.

Enquanto tudo isto acontecia, que fazia Oeiras? Continuava obsecada pelo temor de uma invasão por parte dos maranhenses. Foi pois com surpresa e pavor que na tarde do dia 19 recebeu a primeira notícia da batalha do Jenipapo e da derrota dos independentes. Temendo que Fidié estivesse agora avançando sobre Oeiras, o Governo começou a encaixotar, secretamente, o dinheiro dos cofres públicos e a preparar-se para fugir para o Crato, ao menor sinal de alarme.

A 23 chegou a notícia de que os remanescentes da batalha estavam se reunindo a dez léguas de Campo Maior, na estrada de Oeiras, e iam atacar novamente o inimigo que desviara sua marcha para o Estanhado. Suas patrulhas avançadas já estavam em contacto com os de Fidié.

A Junta criou alma nova. Tomou uma série de medidas tendentes a expulsar o inimigo do território da Província. A melhor delas foi descentralizar o Comando, criando a Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, com carta branca para agir no norte. Deslocou também para ali poderosos reforços.

Tendo Fidié conhecimento de que as forças dos independentes engrossavam nas passagens do Poti, Queimadas, Santo Antônio e São Gonçalo, ameaçando atacá-lo a qualquer momento, atravessou com sua tropa para o outro lado do rio no dia 27 de março e, poucos dias depois, internou-se na Vila de Caxias do Maranhão, onde iriam cercá-lo, derrotá-lo totalmente e aprisioná-lo, 4 meses depois, as tropas do Piauí, do Ceará, de Pernambuco e também do Maranhão. Mas este é um outro capítulo da História da Independência.

Quando acabaram de passar pelo nosso território, vindas do cerco de Caxias, as tropas do Ceará e de Pernambuco, rumo às suas Províncias de origem, o Piauí estava arrasado de ponta a ponta. As fazendas de gado praticamente destruídas. O abastecimento das tropas e o roubo puro e simples nalgumas delas não haviam deixado nem semente. O cavalar, este fora conduzido quase todo para fora. Grande parte de nosso armamento também fora levada. Tivemos que pagar uma avultada

soma por despesas feitas com as diferentes expedições das tropas que nos mandaram, algumas delas totalmente inúteis. Somente às tropas que vieram com o General Filgueiras pagamos 26:000\$000 de réis. E ainda nos apresentaram à última hora outra conta no valor de 19:356\$068 réis.

A Junta levantou um empréstimo entre os particulares para poder efetuar todos estes pagamentos. A 1.º de dezembro de 1823 havia no Cofre de Oeiras apenas 1\$920 réis.

E se era imensa a penúria do tesouro, não era menos a miséria dos particulares (11).

[O Governo Central, como era comum naquela época, não nos ajudou. Para não se omitir totalmente fez, mediante pagamento, a promoção de muitos oficiais que se tinham distinguido mais na guerra, oficiais brasileiros e portugueses indistintamente].

Mas o Piauí havia cumprido o seu dever. Tínhamos misturado o nosso sangue ao sangue dos cearenses, dos pernambucanos e dos maranhenses derramado no campo de batalha em prol da independência de nossa Pátria, neste querido rincão do nordeste brasileiro.

Estávamos pagos de nossas perdas em vidas e bem porque havíamos concorrido diretamente para a liberdade política do nosso Brasil.

No fim de dezembro começou o inverno. Todas as energias da Província renasceram. A paz abria, de novo, suas asas protetoras sobre nós. A terra se reanimava, toda verde e perfumada na vegetação e na floração dos campos. A alegria da terra se refletia na alegria do povo dando-lhe forças para a luta pela vida e para recomeçar do nada a restauração de nossa economia.

Hoje, 150 anos depois, o Estado do Piauí, desenvolvendo-se, de cabeça erguida, diz presente ao chamado da Pátria para as comemorações do sesquicentenário de nossa independência.

REFERÊNCIAS

- 1) ODILON NUNES — Pesquisas para a História do Piauí. Vol. II — p. 292.
- 2) ODILON NUNES — Pesquisas para a História do Piauí. Vol. II — p. 292.
- 3) L. 91-A — Cap. CAB.
- 4) L. L. 91-A — Cap. CAB.
- 5) L. 87 — Doc. 4 — Cap. CAB.
- 6) L. 113 — of. n.º 2 — p. 1 V — Cap. CAB.
- 7) ABDIAS NEVES — A Guerra de Fidié — p. 103.
- 8) PEREIRA DA COSTA — Cronologia Histórica do Estado do Piauí, p. 276.
- 9) Idef, idem, p. 176.
- 10) Idem, idem, p. 176.
- 11) ABDIAS NEVES — A Guerra de Fidié — pp. 320 e 321.

APRESENTAÇÃO DO ORADOR — Cento e cinquenta anos depois da Independência, ainda não nos libertamos inteiramente daquela situação sob tantos aspectos aflitiva em que Capistrano de Abreu nos viu e pintou no primeiro ano do século em que iríamos sacudir a tutela portuguesa: éramos em 1800, dizia ele, quatro ou cinco núcleos diferentes, cada qual vivendo a sua vida isolada e sem prezar muito aos outros. É certo que alguma coisa de poderoso e profundo, uma realidade espiritual, uma herança correndo no sangue ou uma luz ardendo na alma, deveria andar por dentro disso, para que pudéssemos construir de repente a nossa unidade política, vinte e dois anos depois. Seria uma flama interior que o historiador ilustre, escravizando-se aos documentos, não quis ou não pôde identificar. De qualquer forma, porém, a realidade exterior era aquela.

Mesmo na jornada decisiva da Independência avançamos em certa desordem: Pernambuco conduzia a própria marcha, o Rio de Janeiro articulava-se com S. Paulo e Minas para abrir outro caminho, e a Bahia e o extremo norte eram forçados a retardar o ritmo dos passos.

Quanto não se venceu, de então até agora, nesse íntimo distanciamento dilacerador! Mas, ainda não o superamos de todo. E é nessa perspectiva que devemos colocar o gesto da Universidade Federal de Pernambuco, logo compreendido e apoiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, convocando historiadores de uma porção de Estados brasileiros para o curso de conferências a que vamos dar prosseguimento.

Ainda hoje, somos — mais do que unidades administrativas — unidades sociais que não nos conhecemos tanto quanto seria mister. Falta à nossa existência comum aquele convívio continuado e múltiplo que facilitaria e intensificaria a nossa união e que só precariamente substituem esses serviços de publicidade e comunicação planejadas em que tanto se fala hoje e que, aliás, não possuímos também. Então, caminhamos movidos pelo mesmo impulso, atraídos pelo mesmo ideal, criando, de fato, a mesma unidade moral, mas cada qual em seu ritmo e a seu modo, ignorando o que se faz parede-meia do seu lar, no lar do vizinho e irmão.

A série de aulas em que se consubstancia o presente curso da Universidade Federal de Pernambuco e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, tem-nos trazido um reflexo do trabalho intelectual que se processa em outros Estados da região. Os professores e escritores que até aqui têm vindo, são altas figuras de suas coletividades, como o é o historiador e literato Mário Martins Meireles, da Universidade do Maranhão, onde, no meio de outras atividades, ensina História da América e chefia o Departamento de História e Ciência das Religiões. Sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, seu mérito é reconhecido, nessa dupla faixa, tanto pelos cargos que seus companheiros lhe têm confiado quanto pelo diploma de